



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

11/01/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Capitalização da Previdência pode ter gestão como a do Tesouro Direto

Proposta do núcleo da Casa Civil do governo prevê que os recursos poupados em um eventual regime de Previdência por capitalização sejam geridos em um sistema semelhante ao do Tesouro Direto. O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer tentar aprovar no Congresso uma troca no regime de Previdência, criando o formato em que cada trabalhador tenha sua própria poupança, e não pague para um fundo comum, como ocorre hoje. O governo estuda que a mudança seja apenas para a classe média.

Chamado de PIA (Plano Individual de Aposentadoria), a plataforma para fazer a gestão do dinheiro poupado é uma ideia apresentada em artigo publicado na Revista Brasileira de Previdência, em novembro de 2017, e assinado pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que era deputado à época, e pelos irmãos Abraham e Arthur Weintraub —os dois com cargos no Planalto. Na plataforma, o trabalhador poderia investir o dinheiro que guardou para a aposentadoria em títulos, ações, títulos ligados à infraestrutura ou fundos de investimentos.

Os autores dizem acreditar que esse sistema democratizaria o acesso ao mercado de capitais, permitindo que os brasileiros, de diversas profissões, façam aplicações que rendam mais. Os detalhes da gestão dos recursos não devem ser incluídos na PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma da Previdência a ser enviada para o Legislativo em fevereiro, segundo pessoas que participam das negociações. A prioridade da PEC deve ser a criação da idade mínima e a troca para o modelo de capitalização. As negociações sobre Previdência têm causado atritos na equipe de Bolsonaro. No núcleo do Planalto, o governo conta com os irmãos Weintraub no planejamento de propostas sobre o tema.

Abraham é número dois do ministro Onyx, e Arthur foi nomeado assessor especial da Presidência da República. Ambos acompanham Bolsonaro desde antes do início formal da campanha. Na eleição, costuraram apoio de Onyx, o que se consolidou no governo de transição. A presença dos irmãos incomoda Guedes, que montou uma equipe para se debruçar nas propostas da Previdência. Os Weintraub têm uma proposta de aposentadoria física, na qual o segurado recebe proporcionalmente ao tempo de contribuição, com regras diferentes para quem contribui para o salário mínimo. Na equipe de Guedes, a sugestão articulada pelo ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga e pelo economista Paulo Tafner tem mais força.

O secretário-adjunto de Previdência Social, Leonardo Rolim, participou do grupo, que recomendou estabelecer idade mínima e uma transição que poderia chegar a 15 anos. Técnicos têm trabalhado com uma transição mais curta, de 10 a 12 anos, para que a idade mínima, que subiria gradualmente, atingisse um patamar próximo de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres). Sobre capitalização, o grupo de especialistas sugeriu que só quem exceder um teto de remuneração fará parte da capitalização. Os mais pobres continuariam em um sistema semelhante ao atual.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 11/01/2019

Capitalização da Previdência pode ter gestão como a do Tesouro Direto (Continuação)

O trabalhador contribuiria ao INSS, que separaria a contribuição. A parcela abaixo do teto a ser estipulado pelo governo iria para o regime geral. A parte que excedesse esse limite seria destinada à conta individual do trabalhador. Sem consenso nas propostas, a estratégia do governo tem sido adotar o silêncio. Guedes e o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, evitam a imprensa em compromissos públicos para não responder a perguntas sobre as medidas. Outro empecilho nas negociações da reforma é o temor dos militares com eventual proposta para mudar as regras para as Forças Armadas.

Está em estudo pela equipe econômica apresentar projeto para elevar, de 30 para 35 anos, o tempo de serviço dos militares. Outra ideia é passar a cobrar 11% sobre a pensão paga a viúvas. Essas mudanças podem ser feitas via projeto de lei, e não por PEC. Ou seja, são necessários menos votos. O lobby dos militares está bem montado. Um dos argumentos é que, na reforma apresentada por Michel Temer, eles estavam poupados do endurecimento das regras. A previsão é que o rombo na Previdência dos militares chegue a R\$ 43 bilhões neste ano.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 11/01/2019

Governo estuda redução de encargos sobre salário e descarta CPMF, diz secretário da Receita

O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, afirmou nesta quinta-feira (10) que a desoneração da folha de pagamento é um dos primeiros itens na pauta do governo e descartou o aumento de impostos. Questionado sobre a reformulação do Imposto de Renda, sinalizada pelo presidente Jair Bolsonaro, Cintra explicou que ela realmente está na pauta do governo, mas que a prioridade imediata é trabalhar na reforma previdenciária, o que lhe dá tempo para desenvolver um projeto tributário “como um todo”. “A incidência de forma muito pesada de tributos sobre a folha de salários é uma preocupação que se coloca como um dos primeiros itens na nossa pauta. Estamos trabalhando muito nisso, em como desonerar a folha de salários, como diminuir os encargos trabalhistas e fazer com que a economia brasileira gere empregos”, afirmou Cintra ao chegar ao Tribunal de Contas da União (TCU) para reunião com o ministro Augusto Nardes.

O secretário criticou a desoneração promovida durante o governo Dilma Rousseff, que atendeu a setores específicos. Parte desses benefícios foi revertida durante a gestão de Michel Temer. “A desoneração da folha de salários aconteceu muito em cima de demandas específicas, de negociações muito setoriais. O que nós estamos trabalhando é na desoneração da folha de maneira universal, sistêmica”, completou ele, explicando que estão sendo feitas simulações sobre os impactos disso na economia.

Hoje, a desoneração da folha já consiste na substituição da contribuição previdenciária patronal pela incidência de tributo sobre faturamento. A proposta do novo governo prevê uma desoneração mais ampla e, além da cobrança sobre faturamento, está entre as opções a compensação com um tributo indireto - que incide sobre produtos, e não sobre a renda. “Acho que temos que desonerar a folha de salários como um todo. E isso implica que não só contribuições previdenciárias, mas até mesmo questões de Imposto de Renda incidente sobre folha de salários, incidente sobre rendimentos do trabalho, poderão ser objetos desses estudos”, explicou. A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) determina que a concessão ou ampliação de incentivo tributário seja acompanhada de medidas de compensação. Isso pode ser feito por meio de elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo ou criação de tributo. Para compensar a desoneração ampla da folha de pagamento, Cintra descartou a implementação de uma nova CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo – 11/01/2019